

ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PROAD 2179/2024

Data e horário: 17 de out. de 2025 14:00 BRT

Local: Telepresencial



PROAD n. 2179/2024 DOC 12. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.PSJB.QQHV: <https://proad.trt4.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PARTICIPANTES			
Portaria nº 6.809/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Janney Camargo Bina	Desembargador Coordenador	☒	☐
Adriana Seelig Gonçalves	Magistrada	☒	☐
Alexandre Schuh Lunardi	Magistrado	☒	☐
Bruno Feijó Siegmann	Magistrado	☒	☐
Cacilda Ribeiro Isaacsson	Magistrada	☒	☐
Camila Tesser Wilhems	Magistrada	☒	☐
Cintia Endler Bitencourt	Magistrada	☒	☐
Clocemar Lemes Silva	Magistrado	☒	☐
Lenara Aita Bozzetto	Magistrada	☒	☐
Marilene Sobrosa Friedl	Magistrada	☒	☐
Maristela Bertei Zanetti	Magistrada	☐	☐
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	Magistrado	☒	☐
Paulo Roberto Dornelles Junior	Magistrado	☐	☒

Unidade de apoio executivo: Divisão de Pesquisa Patrimonial**Secretário:** Elton Luiz Decker, Assistente-Chefe.



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PAUTA

1. Providências da reunião de agosto de 2025
2. Relatório de Atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial
3. Novas Orientações Jurisprudenciais
4. Outros assuntos

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Desembargador Janney Camargo Bina, coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial. As presenças e ausências justificadas estão registradas acima. Primeiramente, foram tratados os temas pendentes da reunião realizada em 08 de agosto de 2025 (**item 1**). Como medida de otimização da reunião, as pendências serão tratadas de forma complementar com o Relatório de Atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial. Quanto à demanda de **acompanhar junto à Divisão de Sistemas de Apoio à Decisão alterações na aplicação “RADAR” (item 1.1)**. O aplicativo “RADAR da Distribuição” incorporou a demanda de pesquisa por região, sugestão que foi proposta pela DPP. Desta forma, é possível pesquisar em todo o tribunal, em uma unidade ou região, pelo CNPJ do devedor, fazendo também filtro delimitando o mínimo de processos distribuídos para gerar o monitoramento. Outras alterações estão sendo feitas para o aprimoramento da ferramenta. A demanda de **levantar situação dos processos arquivados em outros TRTs (item 1.2)** não foi concluída em razão do acúmulo de tarefas do bimestre, que teve entrega de diversas pesquisas patrimoniais, a semana da execução e correição nacional, sendo determinado pelo núcleo a realização da tarefa até a próxima reunião. Quanto a tarefa de **Reforçar a participação de diretores, magistrados, oficiais de justiça e assistentes de execução no Seminário “Execução Trabalhista Eficaz” (1.3)**,





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

houve divulgação por correspondência eletrônica e também por via chat aos grupos de estudo que tratam de temas correlatos à execução trabalhista. O seminário, promovido de forma conjunta pelo Núcleo de Pesquisa Patrimonial e pela Central de Execução, contou pela manhã com a presença do Dr. Rafael Guimarães (Juiz do TRT18, professor e escritor, autor do livro Execução Trabalhista na Prática); no horário da tarde, contou com as presenças do Juiz do Trabalho aposentado do TRT4 Ben-Hur Silveira Claus (autor do livro Execução Trabalhista: técnicas jurídicas para a efetividade da execução trabalhista), e da servidora do TRT12, Luciana Perez (Coordenadora da Divisão de Pesquisa Patrimonial e Provas Digitais). A atividade foi mediada pela integrante do NPP, Juíza Camila Tesser Wilhelms. Tomando a palavra, a Juíza Camila Tesser Wilhelms destacou o excelente conteúdo do curso, no qual o palestrante Ben-Hur discorreu sobre o dever de colaboração judicial do executado e a servidora Luciana Perez abordou as diferentes ferramentas de investigação patrimonial. Sugeriu que a Divisão de Pesquisa Patrimonial encaminhe para a Escola Judicial proposta de aprofundamento de cada uma das ferramentas de pesquisa abordadas em novas atividades de formação. O Juiz Alexandre Schuh Lunardi referiu o desconhecimento que muitos dos magistrados possuem destas ferramentas. A Juíza Adriana Seelig Gonçalves destacou que a Escola Judicial vem fazendo cursos tratando de ferramentas de pesquisa. O desembargador Janney Camargo Bina consultou aos presentes sobre o encaminhamento à Escola Judicial de se fazer um aprofundamento acerca de cada uma das ferramentas de pesquisa, num itinerário de formação sobre investigação patrimonial, com a qual houve concordância dos presentes. Tratou-se, no prosseguimento, da demanda de gestão junto à Corregedoria da situação ligada aos **convênios, em especial o PCAD e HOD (1.4)**, explicando o servidor Elton Luiz Decker que a demanda tem sido tratada com a Secretaria de Apoio Técnico da Corregedoria. Primeiramente, há preocupação com a descontinuidade do acesso a certas informações do sistema HOD-SRF, que não estão presentes no novo sistema disponibilizado, tais como sócios excluídos, informações sobre as fontes pagadoras de uma determinada pessoa física investigada ou a





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

identificação do cônjuge de um determinado sócio, por exemplo. O Juiz Alexandre Schuh Lunardi levantou preocupação com a Lei Geral de Proteção de Dados e a investigação extensiva a outras pessoas físicas e jurídicas que ocorre. O Desembargador Janney Camargo Bina frisou que as consultas e investigação patrimonial sempre acontecem mediante prévia autorização judicial. Quanto ao item de **encaminhar sugestões das Oficinas Regionais do PEPE à Comissão de atualização da ferramenta de pesquisa (1.5)**, o servidor Elton Luiz Decker informou que foi constituído pela Presidência Grupo de Trabalho para aprimorar esta ferramenta automatizada, contando com a presença de diretor de secretaria, da corregedoria, da DPP, e sob a coordenação de Juízo auxiliar da presidência, dentre outros. Tão logo seja chamada a primeira reunião desta comissão, estas informações serão repassadas. A tarefa de **encaminhar estudo sobre os maiores devedores para as unidades judiciárias na capital e interior(1.6)** foi remetida aos juízes das unidades judiciárias do interior e capital. Por fim, houve **divulgação para incentivar adoção de medidas para a semana da execução trabalhista (1.7)**. Inclusive, ocorreu reunião em 19/8 da Juíza Adriana Seelig Gonçalves com entidades da Advocacia para divulgar a semana. E comunicação às unidades judiciárias para liberar alvarás, principalmente das quantias incontroversas e encaminhar processos para conciliação ou mediação. Terminados os encaminhamentos da ata anterior, passou-se a tratar do **Relatório de Atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial (2)** nos itens não abordados anteriormente. O servidor Elton Luiz Decker iniciou apresentando os dados das pesquisas automatizadas PEPE recebidas e entregues, ressaltando que há um esforço para que o setor consiga acompanhar proporcionalmente com entregas a demanda de processos solicitados, buscando um equilíbrio no atendimento das demandas das unidades judiciárias, com uma pequena defasagem entre as pesquisas que são recebidas daquelas que são entregues pela DPP. Com o auxílio da SETIC será possível melhorar o tempo de resposta na entrega das pesquisas. Com a criação do grupo de trabalho na SETIC para otimizar e incorporar às rotinas do setor o recebimento e entrega das pesquisas, será analisando o fluxo de trabalho, buscando melhorar a captura das informações por





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

meio de APIs, e também promover aprimoramentos nos resultados da pesquisa a serem entregues às unidades judiciárias. Informou o servidor **Elton Luiz Decker** que a SETIC pretende, Até o final do mês de outubro, desenvolver um MVP (Produto mínimo viável), que consulte os 3 primeiros convênios: Infoconv (gerando desdobramentos), Censec e WSDenatran. Sobre a questão do PEPE, destacou a Juíza Adriana Seelig Gonçalves o interesse de outros regionais pela solução. O JAE recebeu visita da diretora da 19ª Região para compreender como funciona a Ferramenta de Apoio à Execução e o PEPE, sendo recepcionada pela Divisão de Pesquisa Patrimonial, também realizando reunião conjunta com a SEEX e a Central de Mandados. A Divisão de Pesquisa Patrimonial aprofundou esforços para produzir a entrega de 8 relatórios de pesquisa patrimonial intermediária e avançada de execuções reunidas que tramitam no Juízo Auxiliar de Execução. Os processos estão em fase de análise de decisões e cumprimento de medidas acautelatórias. Além disso, a DPP está trabalhando na conclusão de 2 pesquisas de execuções reunidas, apreciando pedido de instauração de REEF, com breve previsão de entrega. O servidor Elton informou que está sendo realizado o curso "Pesquisa Patrimonial Intermediária e a Ferramenta Automatizada Pepe" contando com 16 inscritos, constituída de oficiais de justiça, diretores de secretaria e assistentes de execução. Também informou que o Grupo de Estudos Aspectos Práticos da Pesquisa Patrimonial já realizou 3 encontros estudando os capítulos do livro INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA PRÁTICA. A Juíza Adriana complementou o quadro de informações dos eventos de formação noticiando que ocorreu em 15/8/2025 curso de manuseio do sistema garimpo. Foi informado que o Juízo Auxiliar de Execução foi cadastrado na Plataforma de Pesquisa Patrimonial da Justiça do Trabalho (PPP-JT), ferramenta instituída por meio do Ato no 15/GCGJT, de 27 de outubro de 2021, para utilização pelos Núcleos de Pesquisa Patrimonial dos Tribunais (NPPs). Destacou ainda, sobre o tema de convênios, que ocorreram mudanças nos convênios SIMBA e SNIPER. No caso do SIMBA, caso a investigação esteja ainda em andamento, será necessário novo cadastramento na nova plataforma. Já o convênio SNIPER apresenta agora avanços, no sentido várias novas funcionalidades, inclusive





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

informações financeiras (Sisbajud-CCS) e busca de imóveis e veículos. Porém, a plataforma agora somente faz pesquisas restritas aos integrantes do polo passivo. Por sugestão do NPP, estas mudanças deverão ser objeto de divulgação. Terminado o relato, o desembargador Janney Camargo Bina, informou que a **Seção Especializada em Execução** irá fazer a publicação de novas OJs formais (item 3) na pauta do dia 24/10/2025, o que poderá ser divulgado, no intuito de dar publicidade aos posicionamentos jurisprudenciais firmados no âmbito do TRT4 sobre diversos temas da execução trabalhista. Em assuntos gerais (item 4), o coordenador do NPP, Desembargador Janney Camargo Bina falou que está participando de grupo para analisar as necessidades do quadro funcional do TRT4 considerando as atribuições do Juízo Auxiliar de Execução, da Divisão de Pesquisa Patrimonial, necessidades de ter estrutura para as execuções reunidas e observações da Corregedoria Geral do TST, e que irá gestionar melhorias neste sentido. A Juíza Adriana Seelig Gonçalves comunicou que o JAE agora conta com a Divisão de Hastas Públicas, centralizando os leilões judiciais no âmbito do TRT4. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às 14h05min.

Tarefa	Responsável	Prazo	Observações
Levantar situação dos processos arquivados em outros TRTs	DPP	21/11	
Elaborar proposta para sugerir à Escola Judicial formação sobre ferramentas de pesquisa patrimonial, a serem abordadas em novas atividades de formação	DPP	21/11	
Encaminhar sugestões das Oficinas Regionais do PEPE à Comissão de atualização da ferramenta de pesquisa	DPP		Na primeira reunião do GT sobre PEPE
Divulgar mudanças ocorridas no SNIPER e SIMBA	DPP	21/11	
Divulgar posicionamentos jurisprudenciais firmados no âmbito do TRT4 sobre diversos temas da execução trabalhista	DPP	21/11	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.

